

ABORDAGENS NA CARACTERIZAÇÃO DE ÁREAS PRECÁRIAS DE MORADIA NO BRASIL: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Emilio Reguera Rua¹
Camilla S. Motta dos Santos²

Resumo

A precariedade habitacional, nas áreas de moradia popular, possui visibilidade material e simbólica na sociedade brasileira, pois representa a materialização da desigualdade nos espaços sociais e perpassa por questões de acesso a condições básicas de infra-estrutura e salubridade. Assim sendo, são de extrema importância o levantamento de informações e o desenvolvimento de metodologias que permitam caracterizar estas áreas de forma a contemplar as especificidades regionais.

É notória a influência das diretrizes emanadas dos organismos internacionais na orientação de estudos que subsidiarão políticas públicas. No Brasil, a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca aspectos concernentes ao espaço construído das moradias populares. Cabe indagar se esses parâmetros são suficientes para revelar o conteúdo social do espaço construído, além dos processos mais gerais que concorrem para a conformação da desigualdade socioespacial do espaço intraurbano.

Pretende-se iniciar esforços para aferir o grau de relação entre as diretrizes políticas emanadas dos vetores globais, aos moldes do que nos recorda Santos (1996) e a atuação das resistências/rugosidades ditadas das escalas subnacionais.

¹ Os autores ressaltam que este texto não reflete necessariamente o que pensa o IBGE, enquanto instituição plural e democrática, devendo aos mesmos a inteira responsabilidade pelo conteúdo do que aqui foi dito.

² Os autores agradecem os persistentes diálogos e contribuições críticas do geógrafo e bacharel em Direito Jorge Kleber Teixeira Silva. A ele, os gentis agradecimentos. E-mail: camillasms@gmail.com

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar os parâmetros que definem os aglomerados subnormais, definidos pelo IBGE, frente àqueles presentes nos documentos de organismos internacionais.

Palavras chave – aglomerados subnormais, precariedade habitacional, políticas públicas.

Introdução

Este artigo propõe-se a retratar o estado das artes da discussão sobre áreas precárias de moradia no Brasil, sem pretender esgotá-lo. Trata-se de uma contribuição preliminar face à vastidão de possibilidades de caminhos analíticos abertos por esta linha reflexiva. Os aglomerados subnormais tratados aqui são aqueles conceituados como tal em 1991, quando pela primeira vez, são denominados com esta nomenclatura, dado que em períodos progressos se lhe atribuía uma denominação distinta.

O caminho pela especulação filosófica tornou-se o recurso mais plausível, dado que optou-se por uma forma de tratamento temático, a da desconstrução e reconstrução de discursos, dentro de padrões estéticos e literários que nos permite ultrapassar os formalismos do discurso legitimado, para (re)conceituar um objeto social ao mesmo tempo tangível e intangível: a realidade urbana.

Tangível, porque é portadora concretude, dimensões, formas; intangível, porque revela-se imaterial, produto e produtor de sentidos. Logicamente, o campo dos sentidos têm seu árduo caminho, o de revelar a distância entre discurso e realidade. Todavia, não se pode ser refém de formalismos conceituais e retóricos, a medida que a caracterização e a produção de categorias, classificações e tipologias (estas nos coloca o desafio de tropeçar nas vicissitudes do método sociológico Weberiano) impõe-se como realidade objetiva do processo de produção de dados de pesquisa

A questão está no processo de apropriação simbólica dos discursos pelos diferentes agentes sociais, pois o uso atribuído a um levantamento está fora da alçada dos órgãos produtores e sistematizadores de dados. Existe forte investimento da sociedade para o levantamento urgente e em tempo real da realidade social a qual está inserida.

Não obstante, como nos lembra Castoriadis (1987), o processo de reflexão filosófica sofre o risco de se tornar muito pretenciosa, tendo em vista que as armadilhas da arrogância e da humildade são necessariamente faces extremadas da atitude filosófica. A ilusão da pretensão pode aproximar e distanciar o investigador do seu objeto investigado, sem que o mesmo se dê conta que ele está imerso em uma sociedade eivada de valores e atitudes que refletem o processo próprio de criação e apropriação da riqueza social.

O curto espaço deste ensaio torna seus autores cientes das limitações, mas ao mesmo tempo conscientes dos seus papéis de tributários das discussões mais amplas que são travadas em meio a grandes conglomerados de interesses em jogo. Optou-se pela via da humildade, haja vista que a pretensão de esgotar um tema tão complexo e espinhoso fugia do escopo deste texto.

Não menos importante é a relação local-global e a mediação do ente intermediário, corporificado pelo Estado-Nação, que aparece aqui não como uma teia frágil, mas como produtor ativo de escolhas institucionais e políticas. Escolheu-se atribuir-lhe o papel de híbrido, a medida que transpõe os limites das vontades locais e globais e situa-se como produtor ativo de sentidos e escolha dos mesmos. Não se trata de um híbrido apenas porque intermedia o sentido das ações globais e locais, mas porque o produz, mediante escolhas precisas e calculadas, dentro de uma lógica de planejamento específica.

Por fim, a alusão ao movimento de convergência e divergência no plano do discurso foi um recurso operativo e classificador do movimento geral e permitiu o processo comparativo de duas importantes conceituações: a do Habitat, mediada pelos interlocutores globais e a do IBGE, de 1991, que já clama por alterações, pois a teoria e a classificação, dentro do processo social, são provisórias e datadas historicamente. Novas fronteiras precisam ser exploradas, e a filosofia precisa se recontextualizar para dar conta da tradução simultânea da realidade em movimento e complexa. Já nos lembrava Kuhn (1978) de que a teoria científica está condenada ao ostracismo do esquecimento, a medida que é datada historicamente. Da mesma forma, conceitos, categorias e classificações não podem se perenizar, não podem incorporar uma vontade de potência do absoluto eterno, pois se desgastam, tornando-se arquivos da história. Da mesma forma o método também está condenado ao arquivo pantanoso da mesma.

Os vetores globais não perdem tempo, pois são orquestras regidas por diferentes maestros que se sincronizam para produzirem sentidos. Teimam por pretender impor-se ao híbrido Estado-Nação como absoluto. Mais uma vez, pode-se cair nas tentações do absoluto e acreditar que o espaço geográfico é apenas receptáculo e palco das ações, enquanto Santos (1996) trilha o caminho da afirmação/negação do palco, para colocar o espaço como protagonista ativo da sociedade e receptáculo da mesma. A classificação que se pretende deve atender aos quesitos da dinâmica social e da construção de rearranjos e rugosidades transmutadas, no perpétuo movimento das totalidades.

Diálogos e interfaces entre o movimento global-local no universo social: (des)entendimentos entre produtores críticos e do discurso hegemônico.

O eixo reflexivo desta seção recairá sobre o tão proclamado movimento global-local, exaltado na literatura corrente (Santos, 1996). Pode-se fazê-lo sobre vários vieses. Um deles, o de orientação mais conservadora, vislumbra o local como elemento-chave das ações políticas, uma espécie de “pensamento único localista”, já que a cidadania seria exercida no espaço local, espaço da cidade, do bairro, da vivência cotidiana (Brandão, 2007). Todavia, não se deve esquecer das determinações (sem cair no determinismo) de elementos que se sobrepõem ao espaço local, vivido, banal, sem o qual não se compreende o universo de ações e vetores que atuam sobre o mesmo. Por que o esquecimento, no plano do discurso, da escala nacional, como ente legítimo das ações e intervenções políticas que, coadunada com elementos de concertação política do espaço local, possibilitam jogar luz nas análises desta seção? Desde já, anuncia-se a desfiliação deste texto ao discurso localista extremado e ao seu contraponto, o globalista (universalista), todavia sem descartá-los, pois se poderia correr o risco de descartar elementos importantes às discussões desta seção.

Enquanto construção discursiva, os vetores globais são tidos como determinantes no universo de ações sobre as demais escalas. É demasiado exagerada esta assertiva, já que o espaço não é uma planície homogênea por onde os tais vetores globais atuarão e conformarão o universo de ações e objetos técnico-científico-informacionais (Santos, op.cit., Ribeiro, 1997). Tampouco a cultura, os valores simbólicos e as velhas práticas reprodutivistas dos macro e micropoderes locais poderão ser olvidados e apagados do

plano, já que o espaço construído não é, *per se*, um construto material, mas sim fruto de ações e materializações no plano simbólico e do poder, que se conforma em aparências e signos da vida social (Lefebvre, 2004).

O máximo que se pode alcançar na seara discursiva, que ora se introduz no texto, é de que categorias alusivas ao universalismo e seu contraponto, o localismo, não podem ser descartadas. Por isso, opta-se por algo híbrido (Lyotard, 2009). O hibridismo, tão em voga, não deixa de ser um recurso analítico válido para estas reflexões. Sabe-se dos riscos do hibridismo, dada a filiação teórica às correntes pós-modernas, que descartam o papel da superestrutura como elemento importante para pensar-se o objeto em foco: ações e abordagens de intervenção sobre o espaço construído que, no artigo em questão, são os espaços urbanos brasileiros.

O universo social é povoado de intencionalidades (Santos, op.cit.). Não há ação desprovida da intencionalidade. Sem cair-se no economicismo, admite-se que a componente econômica é uma das componentes que ensejam as ações e discursos. O espaço do Estado-nação pode ser compreendido no contexto desse hibridismo. Por muito tempo, o Estado-nação foi figura de retórica e apologético das teorizações científicas. Que tal retomá-lo, mas nos moldes de uma integração cognitivo-política, em que se vislumbra a sobreposição de elementos ditados em diferentes “níveis”, apenas para tomar-se emprestado do positivismo a mecanicidade das escalas analíticas³ (Castro, 2009). A conformação do discurso entra na ordem do dia à medida que ele congrega elementos e tensões de natureza política, colocados por agentes territorializados no local ou fora dele. Esse conjunto de tensões e contradições marca o universo de ações, como que numa “concreção”⁴. De outra forma, não se deve ser ingênuo ao ponto de esquecer-se que toda metáfora emprestada traz para dentro do discurso, da elaboração do texto, elementos fundantes de onde foi extraída. Mas é *mister* frisar que o constructo operante tomado por “concreção” apenas serve para ilustrar didaticamente aquilo que se pretende mostrar nestas laudas.

³ Castro (2009) em seu brilhante artigo intitulado “O problema da Escala”, deixa transparecer algo peculiar à tradição do pensamento geográfico: a transposição das escalas como mero recurso cartográfico, o das representações cartografáveis do espaço construído. É a essa tradição positivista que este texto se reporta.

⁴ Este texto toma emprestado da geomorfologia o referido termo para aludir-se à questão da agregação a partir de diferentes forças (ou como numa figura metafórica, campos de poder/saber).

A realidade é um movimento perpétuo de elementos constitutivos, constuintes e a se constituírem. Não é algo acabado, a qual se pode definir-lhe sob os *flashes* da cognoscência, de um sujeito do conhecimento separado do seu objeto e que, ao custo da objetividade, recompõe as peças do discurso para lhe atribuir um sentido cognoscível. As categorias são como ferramentas, elas se prezam a operação das atividades abstratas da reflexão, à medida que lhe atribuem um sentido. Assim, a neutralidade científica torna-se apenas uma figura de retórica, alegoria de discursos que pretendem extrair o conteúdo político da ação (Japiassu, 1975).

A articulação local-global, mediada por um dado operante intermediário, que se preste à mediação, emerge como necessidade e evidência, como será visto nas páginas a seguir. Este texto se arrisca a reinserir o papel do Estado como elemento ativo de promoção de políticas públicas e da mediação supracitada. Se por um lado, há os Organismos Multilaterais, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a carga histórica (MÉSZÁROS, 2010), não menos importante para o entendimento do movimento do capital e do entendimento de que o capitalismo é o grande articulador desta orquestra anárquica, mas que oculta seu principal impulso: o da acumulação do capital. O capital se despoja de sua materialidade para atribuir outros sentidos ao elemento político. São pessoas, mais valias relativas e absolutas, sofrimentos, sentimentos e manipulações discursivas que operam para produzir um sentido da realidade, talvez um falso sentido (claro que não eivado da pretensão do marxismo que, segundo o qual, o seu método materialista-dialético era suficiente para alcançar a objetividade e uma pretensa verdade). Não há a pretensão de cair na armadilha de definir a realidade, o que demandaria muitas laudas e, indubitavelmente, seria pouco proveitosa a empreitada. Este texto se restringirá à ideia de níveis da realidade, à medida que incorpora o tempo-espaço na análise. A carga histórica do tempo e a materialidade das ações concretadas no espaço ressignificam as ações e (re)determinam as ações futuras. O passado e o presente se fundem para formar um *contínuum*.

Outro ponto, não menos importante, é o do movimento de mudança. A primeira pergunta que poderia ser feita é: mudar para quê e mudar para quem? Mais uma vez, o conhecimento e a mente (que assume um duplo sentido, que pode ser o de mentalidade ou de mentira), pode conduzir ao conhecimento da realidade objetiva(da) ou ao seu

falseamento. O imaginário das representações seria o ápice dessa fetichização da realidade e, estaria condenado apenas a enxergar “as sombras projetadas na parede da razão”. Deve-se advertir ao leitor que muitos movimentos de mudanças são orquestrados pelos campos de poder para que a “ordem das coisas” permaneça intacta.

Poder-se-ia arriscar em fazer afirmações. Porém, seriam precipitadas, dado que o foco deste estudo recai sobre as políticas de intervenção no espaço urbano e, de forma subsequente, as abordagens e reflexões possíveis de serem realizadas nessas breves laudas. Espaço e planejamento são temas complexos. Ambos envolvem a dimensão das políticas. O primeiro, a política no sentido de suas materialidades e realizações, o segundo, em termos de concepções e ideologias.

Como já se ressaltou em parágrafo anterior, o espaço ao qual este texto se refere não é abstrato (Lefebvre, 1991). Atribuindo-se concretude a esse espaço endereçado, compreende-se o mesmo dentro das dinâmicas moventes da transformação social, no qual o primeiro é ativo e passivo no que tange à interação com o seu elemento movente: a sociedade que habita este espaço. Não obstante, há que ponderar sobre as causas do movimento dessa sociedade e como este se articula com um sistema de ideias, representações, legislações, empirizações, recorrências factuais, repetições de eventos, reprodutividade das ações. Ao movente denominamos capitalismo. Assim, este espaço, provido de conteúdo social e forjado na lógica da acumulação capitalista, reflete as ações e a maneira como a sociedade se organiza, com suas justiças e injustiças, diferenças e desigualdades.

Motivações dos Organismos Internacionais no processo de (re)estruturação e intervenção urbanas no Brasil: convergências e divergências conceituais.

Esta seção remeterá o leitor a breve análise de um importante documento intitulado *Slums of the world: the face of urban poverty in the new millenium?* no qual estão descritos alguns princípios e definições do foco deste artigo, qual seja, o de apontar e refletir sobre a caracterização das chamadas áreas precárias no Brasil. *Pari passu*, realizou-se e cotizou-se uma comparação entre este a definição de aglomerados subnormais datada de 1991.

O referido documento destaca alguns critérios para a classificação de uma área precária (*slum dweller*) como serão vistos a seguir: (a) acesso à água potável; (b) acesso a

instalações sanitárias; (c) área vital suficiente à sobrevivência de uma pessoa, sem que se venha a configurar uma sobreocupação da moradia; (d) qualidade estrutural das moradias; (e) garantia de posse da moradia. Segundo o mesmo documento, bastaria que apenas um destes elementos estivesse presente para que a ocupação seja classificada como área precária. Supõe-se que a classificação dos aglomerados subnormais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas siga uma lógica similar, que possua elementos de convergência com o documento internacional a que se alude neste trabalho, introduzindo elementos diferenciadores (são os aspectos não-convergentes, porque não, divergentes), que são portadores de lógicas internas peculiares à realidade brasileira, à dinâmica de (re)produção do espaço urbano e às especificidades do capitalismo brasileiro.

Cardoso (2008) remete-se à definição formal do IBGE sobre aglomerados subnormais como sendo aqueles constituídos

por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) disposto em geral de forma desordenada e densa e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. .

O movimento e esforço do autor supracitado na contribuição dos avanços conceituais de delimitação e categorização das áreas precárias do Brasil, no que concerne ao IBGE, são significativos, pois aponta que o referido órgão é o único que realiza um levantamento exaustivo e pormenorizado da realidade das ocupações precárias na escala nacional, fato que o coloca como grande e real tributário das contribuições teóricas sobre o estudo do fenômeno em nosso país. Mas não se descuida também no processo de contribuição ao debate, pois evidencia algumas limitações da definição no tocante às suas possibilidades de subestimar a quantificação do fenômeno, dado que existem muitas áreas com menos de 51 domicílios que não estariam incluídas no universo de análise. Este é o ponto de vista do Cardoso. Todavia, este texto apenas resgatará o aspecto conceitual *stritu sensu* para, enfim, introduzir a necessária mediação conceitual-analítica a que se referiu o texto na primeira seção. No tocante à delimitação do que o IBGE considera como aglomerado subnormal, resgatam-se os critérios inscritos na definição de 1991. Os critérios, delimitações e escopos da pesquisa 2010 estão para serem publicados.

Num esforço de aproximação preliminar, a abrangência do critério de 1991 permitiria colocar como subnormal várias porções do espaço intraurbano das cidades brasileiras, fato que, *per se*, seria um exagero ou distorção da realidade. Elementos novos poderão aparecer em pesquisas posteriores. Cabe aguardar.

Já o aspecto das convergências e divergências aparece como figura-chave do discurso para serem postos em prática pelo exercício de classificação das áreas precárias. Convergências que guardam similaridades, mas não significadoras necessariamente de consangüinidade e divergências, que também não significam conflitos, distensões, mas apenas exercícios de calibrações importantes para aferir o grau de proximidade e afastamento dos conceitos no plano real.

Um critério merecedor de apreciação deste processo analítico, e que necessita de um pequeno apontamento preliminar, é o do critério de propriedade apontado pelos documentos em foco. Se no primeiro a questão está focada na “segurança da posse”, os critérios de 1991 do IBGE merecem considerações construtivas no que concerne à questão mesma da “posse”. Possuir é um importante verbo que se conjuga em todas as pessoas da sociedade aos quais os autores deste texto estão inseridos. O possuidor, no caso, o elo frágil (questão que merece outras ponderações, mas que não são possíveis nos limites deste artigo), invade propriedade que lhe é alheia. A dinâmica do processo de reprodução capitalista no espaço urbano impele e repele de seu espaço seus membros mais fragilizados.

O termo invasão talvez precisasse de ponderações, dentro de um contexto de trabalho mais acadêmico, já que a produção do dado é necessária e demandada por toda sociedade e os custos operacionais do processo de coleta dos dados onerosa. Por vezes, a utilização de terminologias não tem um conteúdo de intencionalidade implícito tão vívido assim. São apenas recursos da linguagem que facilitam o processo mental de delimitação de uma categoria, que carrega para dentro de si um conjunto de simbologias e ações. São remetimentos imediatos que facilitam a visualização da pessoa que realiza a coleta dos dados.

Neste sentido, este texto não trabalha na linha da teoria conspiratória, tampouco visualiza o intencional por si, mas dentro do contexto de elaboração do projeto e levantamento dos dados. As apropriações e ressignificações que se fazem do constructo (que pode vir a ser uma categoria, um conceito ou até mesmo uma tipologia) são elementos

que fogem à dinâmica e processo da classificação e ao escopo do órgão responsável pela coleta dos dados.

O discurso tem grande plasticidade. O problema não está em classificar, mas no processo de apropriação dessas classificações para justificativas de implementação de políticas. Sabe-se que todo cuidado é pouco. Mas não se pode imobilizar o processo de coleta por conta dessas apropriações, pois se correria o risco de tornar o órgão refém das intencionalidades dos seus interlocutores e se comprometeria o processo de levantamento da realidade para fins de estudos geográficos, estatísticos, geodésicos, etc... Como se mencionou anteriormente, a neutralidade absoluta é um constructo abstrato, afigura-se no plano dos discursos vazios.

O mesmo não se pode dizer dos vetores globais que atuam na produção ativa de discursos e práticas internacionais, a partir do momento em que condicionam os financiamentos de políticas aos seus desígnios. Viana (2004), ao realizar um breve estudo sobre as ilações do Banco Mundial no processo de “interferência” das políticas urbanas, aponta para as indicações deste banco no processo estratégias urbanas pontuais que, valendo-se do discurso holístico, entra em contradição quando são cotizados os elementos do discurso e as ações práticas (ainda que pareça redundância). Desta conclusão, cabe levantar um ponto essencial: não se deve correr o risco de dicotomizar discurso e ação prática, ainda que o primeiro possa vir a cair em contradição. Ambos são faces de uma única moeda: a dos interesses de reprodução do macro e do micropoder, dentro da acepção que lhe afere Foucault (1979). Pode-se afirmar que discurso não é realidade. É apenas uma construção lógico-retórica, que se situa no campo das legitimações.

Discurso e retórica podem se aproximar para potencializar os intentos do poder (que não tem face, tem apenas objetivos pragmáticos, a medida que está pulverizado, e uno em seus intentos). Seria forçosa a pretensão de querer dar conta de todas estas questões.

Outro tema, não menos importante no campo daquilo que se denominou neste artigo de convergências, é a acessibilidade. Acesso às coisas é um termo importante, pois pode vir a significar acesso à cidadania, à cidade, à dignidade. Porém, o espaço urbano não está livre da lógica mercantil. A vontade de potência nem sempre revela seu conteúdo. Mais uma vez se retoma às apropriações indevidas (talvez este artigo o faça, a medida que o pesquisador não está separado do seu processo de investigação, tampouco à condição de classe que se

lhe atribuí⁵). A intenção de inclusão de todo conteúdo social ao espaço urbano envolve o movimento dialético de inclusão-exclusão.

Muitas políticas que se pretendem inclusivas podem acentuar o processo de exclusão. A intencionalidade era uma. O resultado da intervenção urbanística mostra-se totalmente dispar. A tradução deste exemplo está na “expulsão branca” a que se refere Souza & Rodrigues (2004), quando exemplificam o processo de intervenção urbana em áreas de favela no Rio de Janeiro. Segue-se a esta intervenção o processo de valorização imobiliária nas favelas (processo este também investigado por Abramo, 2009). Dentro deste espectro, a valorização do imóvel nas áreas precárias do espaço urbano promoveria a expulsão da população pobre (e negra, dentro de um recorte étnico-social). Isso não causa nenhuma surpresa e perplexidade aos estudos de Ribeiro e Lago (2001), que constata uma significativa diferença no padrão de renda da população pobre das áreas consolidadas do núcleo e seus congêneres da periferia, em que a renda média dos primeiros é maior que a dos segundos.

Por fim, muito teria o que se retratar. Mas a proposta deste capítulo, a de retratar as convergências e divergências conceituais, apenas o fez de modo aproximativo. Não se pretendia esgotar esta vasta discussão.

Considerações Finais

Pretendeu-se aqui repovoar o debate do sentido das ideias e da ideia dos sentidos pela via dos discursos e valendo-se da ousadia despreziosa de recolocar no lugar das ideias a produção ativa de discursos e as intencionalidades subjacentes. Frisa-se, mais uma vez, a descrença na alegoria representada pela teoria da conspiração, para recolocar o debate nos trilhos, sem significar com isso, colocá-lo imerso na linearidade simplificadora de uma lógica que apenas enxerga escalas como níveis concretos da realidade, sem realizar a devida mediação entre espaço/tempo, geografia/história e o híbrido Estado-Nação, ao qual não foi isentado de seu papel premente de produtor ativo e condutor (ir)responsável de intenções e sentidos da realidade.

⁵ Alude-se aqui à Löwy (1998) que traça um interessante panorama das ciências sociais na questão da produção da objetividade da ciência sociológica.

A utilização de construtos como convergências e divergências emergiram como figuras de agrupamento muito peculiares, por permitirem a comparabilidade de documentos de diferentes filiações institucionais. Por isso, prezaram-se muito bem aos seus papéis de organizadores e condutores reflexivos. A produção ativa dos discursos passa atenta aos olhos dos autores do texto, pois permite aos mesmos olharem para si mesmos e, a partir de seus referenciais (o lugar de onde falo, com quem falo, para quem falo), despojarem-se de argumentos conducentes ao “mais do mesmo” para o caminho da liberdade. Liberdade dos referenciais. Liberdade da reflexão.

Bibliografia

ABRAMO, Pedro. O mercado informal de solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: um marco metodológico. *In*: ABRAMO, Pedro (org.) Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC, 2009).

BRANDÃO, Carlos. Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. *In*: CASTRO, I.E., GOMES, P. C., LOBATO, R.C. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARDOSO, Aduino Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. Cadernos do CEAS, nº 230 (abr./jun. 2008)

JAPIASSU, Hilton F. *O mito da neutralidade científica*. Rio: Imago, 1975 (Série Logoteca).

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1998.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro, José Olympio, 2009. 12ª ed.

MÉSZÁROS, István. El desafío y la carga del tiempo histórico: el socialismo em el siglo XXI. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sobre a noção de impulso global. Seminário Olhares sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiróz, LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. São Paulo em Perspectiva, 15(1), 2001.

SOUZA, Marcelo José, RODRIGUES, Glauco Bruce. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004 (Série sociedade, espaço e tempo).